



Fundado no Sesquicentenário  
da Batalha do Seival

# O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO  
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO  
SUL

## Bicentenário de Sampaio

Ano 2010

Nº 101

### MARECHAL ZENÓBIO DA COSTA



*Euclides Zenóbio da Costa* nasceu em Corumbá (MS), então no estado de Mato Grosso, no dia 09Mai1893, filho do Gen Div José Zenóbio da Costa e de Hermínia Mendes Gonçalves da Costa. Realizou os primeiros estudos em sua cidade natal e, em 1905, aos 12 anos de idade, matriculou-se no Colégio Militar do Rio de Janeiro, então capital da República. Concluiu o curso em dezembro de 1911 e nesse mesmo mês assentou praça, no 2º Regimento de Cavalaria Divisionária (Pirassununga, SP). Ingressando na Escola Militar do Realengo, realizou os cursos de cavalaria, infantaria e artilharia e em abril de 1915 foi declarado aspirante-a-oficial. Por essa época foi convocado para integrar as tropas do governo que combatiam no Sul a

Revolta do Contestado. Essa era a denominação do território disputado pelos estados do Paraná e Santa Catarina na região dos rios Saí e Iguazú. Como as terras do Contestado fossem muito férteis, fazendeiros influentes começaram a desalojar os antigos ocupantes da área, pequenos agricultores que, por isso mesmo, passaram a se armar e a se organizar em torno de líderes messiânicos. A repercussão nacional do conflito levou o governo federal, a partir de outubro de 1912, a enviar várias expedições militares para combater os posseiros. As 13 primeiras expedições foram destroçadas, morrendo em combate 20 oficiais e perto de trezentos soldados do Exército. Cerca de três mil camponeses fanatizados perderam a vida lutando contra tropas regulares. Somente em outubro de 1916, ante o poderio de fogo das forças comandadas pelo Gen Fernando Setembrino de Carvalho, a revolta foi esmagada. De regresso ao Rio de Janeiro, Zenóbio foi indicado para secretariar o 55º Batalhão de Caçadores (BC). Em julho de 1917, promovido a segundo-tenente, passou a comandar a 4ª Seção da 1ª Companhia de Metralhadoras. Em 1921 serviu na Bahia e em janeiro do ano seguinte foi promovido a 1º Ten, voltando então ao Rio para juntar-se à 4ª Companhia de Metralhadoras Pesadas. Foi promovido a 1º Ten em 12Jan1922. Nessa época, os meios militares andavam agitados com a campanha presidencial que opunha os candidatos Artur Bernardes, presidente de Minas, e Nilo Peçanha, senador pelo estado do Rio. A jovem oficialidade, base do movimento tenentista, mobilizou-se contra a candidatura de Bernardes, afinal eleito em 01Mar22, e inflamou-se quando o presidente Epitácio Pessoa, em 04Jul seguinte, ordenou a prisão disciplinar do marechal Hermes da Fonseca por este ter protestado, na qualidade de presidente do Clube Militar, contra a utilização de tropas do Exército numa disputa eleitoral em Pernambuco. No dia 05Jul, a guarnição do forte de Copacabana rebelou-se contra o governo, contando com a adesão dos cadetes da Escola Militar do Realengo e de alguns contingentes da Vila Militar. O movimento foi controlado em algumas horas, tendo Zenóbio tomado parte na repressão aos rebeldes. No dia 15Nov, Artur Bernardes assumiu a presidência da República. Em 1924 Zenóbio servia como instrutor na Escola Militar do Realengo quando foi destacado pelo general João Álvares de Azevedo Costa para comandar uma coluna legalista que combatia no Sul os revolucionários que se insurgiram contra a permanência de Bernardes no poder. A Revolução de 1924 iniciou-se em São Paulo, também no dia 5 de julho, segundo aniversário da revolta do forte de Copacabana. Era comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, cujas tropas durante vários dias mantiveram a capital paulista sob ocupação. A cidade, entretanto, foi logo inteiramente bloqueada e incessantemente bombardeada pelos legalistas. Para não sacrificar a população civil, Isidoro recuou para o Sul do país. Alguns de seus oficiais e soldados exilaram-se em Buenos Aires e Montevideú. Outros juntaram-se às tropas sob o comando do Cap Luís Carlos Prestes, que marchavam de Santo Ângelo (RS)

em direção a Mato Grosso com o objetivo de continuar a ação revolucionária. A junção da unidade revoltosa de Santo Ângelo com os remanescentes da tropa de Isidoro foi a origem da Coluna Prestes, que durante dois anos percorreria mais de dois mil quilômetros do território brasileiro, dando combate a destacamentos do Exército e a batalhões das polícias militares de vários estados que se movimentaram para defender o governo federal. Colocado em 1926 à disposição do governador do Maranhão, José Pires Sexto, Zenóbio da Costa acumulou naquele estado a chefia de polícia e o comando da Força Pública, tendo exercido ainda, durante alguns dias, as funções de prefeito de São Luís. Já no posto de capitão, ao qual foi promovido em 26Jul28, retornou ao Rio de Janeiro em meados de 1930, em pleno período de agitação revolucionária contra o governo Washington Luís. Comandante, entre outubro e dezembro daquele ano, da 6ª Companhia do 1º Regimento de Infantaria, aquartelado na Vila Militar, tomou posição discreta a favor do movimento revolucionário. Com a posse do Governo Provisório de Getúlio Vargas, foi de novo enviado ao Maranhão para apurar irregularidades administrativas que teriam sido praticadas pelo governo de José Pires Sexto, deposto, como o de Washington Luís, em 24Out30. Encerrada sua tarefa no Maranhão, foi enviado a Belém, onde permaneceu à disposição do comandante da 8ª Região Militar (RM). Em janeiro de 1932 foi chamado novamente ao Rio para comandar a 1ª Companhia do 39º Regimento de Infantaria (RI). Encontrava-se nesse comando quando estourou em São Paulo, no dia 09Jul32, a Revolução Constitucionalista, deflagrada pelas correntes políticas do estado em aliança com os efetivos locais do Exército e da Força Pública, com a finalidade de depor o Governo Provisório. Iniciada a contra-ofensiva governamental no vale do Paraíba, sua unidade recebeu ordens para incorporar-se ao destacamento do coronel Manuel Daltro Filho, travando contato com o inimigo nas proximidades de Itatiaia (RJ). Ocorreu, então, o primeiro recuo da vanguarda Constitucionalista comandada pelo coronel Euclides Figueiredo. Na frente leste os combates entre paulistas e federais foram mais assíduos e violentos, com as forças legalistas tentando chegar a Campinas e dali abrir caminho para a ocupação militar da capital bandeirante. A atuação de Zenóbio foi posta em evidência pelos despachos do coronel Daltro, assegurando sua promoção a major no dia 05Ago32, por ato de bravura, menos de um mês após o início das hostilidades. A revolução paulista terminou em 2 de outubro de 1932, com o pedido de armistício dirigido ao chefe do Governo Provisório pelo general Bertoldo Klinger, comandante do chamado exército Constitucionalista. Concluída a rendição, Zenóbio regressou ao Rio e, no início de 1933, assumiu o comando do 19º Batalhão do 39º RI. Entre maio daquele ano e janeiro de 1934 frequentou também os cursos da Escola de Infantaria. Quando Pedro Ernesto Batista, interventor e, a partir de 1935, prefeito do Distrito Federal, decidiu criar a Polícia Municipal, Zenóbio da Costa foi convidado para comandá-la, sem prejuízo de sua condição de aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, que cursou de fevereiro de 1935 a dezembro de 1936. Nesse período, participou da repressão ao movimento insurrecional do 3º RI, que se sublevou contra o governo em 27Nov35. Também nessa época, em 03Mai36, foi promovido a tenente-coronel por merecimento. Em Ago37, Zenóbio assumiu o comando do 8º BC, sediado em São Leopoldo (RS), por indicação do general Daltro Filho, comandante da 3ª RM, que então dava execução ao processo de deposição do governador Flores da Cunha. Desde fins de 1936, Flores vinha acentuando suas divergências com o governo federal, aumentando os efetivos da Brigada Militar gaúcha e mantendo mobilizados os chamados batalhões provisórios, grupos de voluntários que haviam sido equipados com armamentos do Exército em 1932 para combater a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Diante das posições de Flores, que apoiava a candidatura de Armando Sales à presidência da República, em oposição a José Américo de Almeida, o candidato semi-oficial, e recusava-se sistematicamente a atender aos pedidos de devolução dos armamentos formulados pelo Ministério da Guerra, o governo federal foi apertando o cerco até federalizar a Brigada gaúcha em outubro de 1937, o que provocou a renúncia do governador e sua fuga para o Uruguai. A 10 de novembro seguinte, com a desarticulação de todas as resistências prováveis, Vargas instituiu o Estado Novo, suprimindo a Constituição de 1934, extinguindo todos os órgãos legislativos do país e todos os partidos políticos existentes, suspendendo as eleições marcadas para janeiro de 1938 e adotando uma Carta autoritária que iria vigorar até 1946. Em 3 de maio de 1938 Zenóbio chegou à patente de coronel. Nessa época, tomou a defesa de Pedro Ernesto, denunciado pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, e processado pelo Tribunal de Segurança Nacional sob a acusação de cumplicidade com a revolta do 39º RI em novembro de 1935. De agosto de 1938 a janeiro de 1940, comandou o 14º RI, em São Gonçalo (RJ) e de 02Ago38 a 02Jan40 foi Cmt do 3º RI, São Gonçalo, RJ. Daí foi transferido, em maio desse último ano, para Campo Grande, então no estado de Mato Grosso, e hoje capital de Mato Grosso do Sul, onde ficou à disposição do comando da 9ª RM até agosto seguinte. Retornou ao comando do 3º RI de 14Ago40 a 04Set41. Promovido a Gen Bda em Ago41, já em outubro foi transferido para Belém com a missão de comandar a 8ª RM. Iniciaram-se a essa altura, em plena Segunda Guerra Mundial, as primeiras conversações entre as autoridades militares e diplomáticas do Brasil e dos Estados Unidos com vista à montagem de sistemas defensivos no Norte e Nordeste do país contra possíveis ataques alemães a partir de bases controladas no litoral da África Ocidental por

franceses ligados ao governo colaboracionista de Vichy. Temia-se que os alemães pusessem em risco a segurança do tráfego marítimo no Atlântico Sul. No comando da 8ª RM, Zenóbio travou conhecimento com alguns oficiais que se encontravam em Belém na qualidade de emissários do governo norte-americano para estudar a localização das futuras bases defensivas. Em março de 1943 foi exonerado daquela função e transferido para Caçapava (SP), onde assumiu no mês seguinte o comando da Infantaria Divisionária da 2ª DE, de 13Abr a 29Mai43. Foi Diretor das Armas, no Rio, de 02Jun a 12Ago43.

#### **Com a FEB na Itália**

Com os entendimentos mantidos em Natal, em 28 de janeiro de 1943, entre os presidentes Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, tiveram início as primeiras providências para o envio de tropas brasileiras ao exterior em missão de guerra. Essas trocas de pontos de vista entre os dois chefes de Estado tomaram feição prática e aprofundaram-se durante o ano de 1943, com as sucessivas visitas de autoridades militares norte-americanas ao Brasil e com as idas frequentes de oficiais brasileiros aos Estados Unidos para trocas de informações e acertos de detalhes. Vários oficiais brasileiros foram relacionados para estagiar em centros de treinamento militar norte-americanos a fim de entrar em contato com modernos armamentos e técnicas de combate. Zenóbio da Costa foi um desses oficiais, e, enquanto permaneceu nos EUA, de agosto a novembro de 1943, um decreto presidencial datado de 7 de outubro de 1943 determinou a organização e instrução da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) com unidades retiradas das regiões militares sediadas no Rio, São Paulo, Minas e Mato Grosso. A 1ª DIE constituiu a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cuja composição básica era de pesadas unidades de artilharia e infantaria. O general Zenóbio da Costa ingressou na FEB como voluntário. Sua missão principal era preparar, com treinamento adequado, os efetivos de infantaria, de conformidade com as diretrizes de instrução dos quadros e da tropa do corpo expedicionário emitidas em 18 de agosto de 1943 pelo Estado-Maior do Exército (EME). Recebendo o prazo de 27 semanas para colocar em condições de combate a tropa sob seu comando, a 31 de março de 1944 desfilou à frente dela na avenida Rio Branco, no Rio, sendo amplamente festejado pela população. Demonstrava assim estar pronto para o embarque, cuja data vinha sendo mantida em sigilo. Em 2 de julho de 1944, o navio-transporte norte-americano *General Mann* zarpou da Guanabara conduzindo o 1º Escalão da FEB, composto de 5.800 homens, sob o comando de Zenóbio da Costa e levando a bordo o comandante-em-chefe da FEB, general João Batista Mascarenhas de Moraes. A tropa brasileira desembarcou em Nápoles, na Itália, a 16 de julho e permaneceu nas proximidades até o dia 26, quando transferiu-se para a Tarquínia, incorporando-se, a 5 de agosto, aos efetivos do V Exército dos Estados Unidos, comandado pelo general Mark Clark. A 18 deslocou-se para a região de Vada, perto do rio Arno, onde se concentravam fortes dispositivos de tropas alemãs. Nessa área o 1º Escalão, sob o comando de Zenóbio, realizou um teste ofensivo, presenciado pelo general Mark Clark e por 270 oficiais norte-americanos, ao fim do qual foi considerado apto para entrar em combate. No dia 16 de setembro verificou-se o primeiro contato da FEB com o inimigo. Acampado em San Rossore, o 6º RI desdobrou-se em duas frentes: o 1º Batalhão da unidade marchou na direção Fületole - Monte Ghilardona, enquanto que o 2º Batalhão ingressou no percurso Bozzano-Vecoli. Dessa operação resultou a ocupação de Massarosa, Bozzano e Quiza. Dois dias depois, a FEB conquistou o reduto de Camaiore. A 26 alcançou Monte Prano, no desempenho de plano ofensivo que visava atingir a "Linha Gótica", constituída de pontos fortificados nas altitudes máximas da cadeia dos Apeninos. A 6 de outubro, mais dois escalões da FEB chegaram a Nápoles: o 2º, com 5.133 homens, comandado pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias, e o 3º, com 5.243 homens, comandado pelo general Olímpio Falconière da Cunha. Com esse reforço, Mascarenhas mudou a estrutura de comando da FEB: Cordeiro de Farias passou a comandar a Artilharia Divisionária e Zenóbio, a Infantaria. As unidades de Zenóbio foram enviadas, então, para o vale do Reno, onde a poderosa 1ª Divisão Blindada americana mantinha posições defensivas numa região montanhosa exatamente defronte às fortificações nazistas nos Apeninos, encravadas nos pontos culminantes dos montes Belvedere, Gorgolesco, Mazzancana, La Torracia, Castelo, Delia Croce, Torre de Nerone e Soprassasso. A FEB era, estruturalmente, subordinada ao IV Corpo do Exército dos Estados Unidos, comandado pelo general Willis Crittenger, que por sua vez constituía uma grande unidade do V Exército, sob o comando do general Mark Clark. Ao contrário de Mark Clark, que mantinha excelentes relações com o general Mascarenhas, o comandante do IV Corpo exigia da tropa brasileira um ritmo de operacionalidade que estava muito além de suas disponibilidades técnicas e numéricas. O general Floriano de Lima Brayner conta em seu livro *A verdade sobre a FEB* que as quatro primeiras tentativas de ataque a Monte Castelo, a principal fortaleza natural da cadeia dos Apeninos, desencadeadas nos dias 24, 25 e 29 de novembro e 12 de dezembro de 1944, foram malsucedidas porque o general Crittenger não só desviou reforços da infantaria da FEB para outros setores de ação como ainda substituiu unidades norte-americanas por efetivos brasileiros já nos limites irresistíveis da exaustão física. O procedimento de Crittenger, segundo Brayner nem sempre contestado devido à timidez e inexperiência de

Mascarenhas, chegou a criar dúvidas a respeito da reputação profissional do general Zenóbio e, conseqüentemente, a provocar desconfiças na tropa quanto à sua capacidade de comando. A 21 de fevereiro de 1945, todavia, assumindo pessoalmente a chefia das operações na frente de Monte Castelo, contrariando inclusive as expectativas de Crittenberger, o general Zenóbio da Costa lançou em combate o 1º RI sob o comando do coronel Agnaldo Caiado de Castro e, com apoio da Artilharia Divisionária, ocupou em 15 minutos a posição considerada quase inexpugnável. Dali por diante, a FEB tomou Castelnuovo, Montese, Zocca, Montalto, Vignola, Marano e Collechio e alcançou Turim a 19 de maio, na véspera da rendição alemã em toda a frente italiana, que marcou o fim da guerra no continente europeu. No dia 9 de maio, Zenóbio foi promovido a general-de-divisão e, no mês seguinte, designado para representar o Exército brasileiro na Parada da Vitória realizada em Londres.

#### **De 1945 a 1954**

Em julho de 1945, Zenóbio regressou ao Brasil, quando o país vivia um dos momentos mais ativos da campanha presidencial, tendo em vista as eleições marcadas para 2 de dezembro. Disputavam a chefia da nação o general Eurico Gaspar Dutra, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), e o major-brigadeiro Eduardo Gomes, indicado pela União Democrática Nacional (UDN). Dutra era candidato das forças políticas que apoiavam Vargas, enquanto Eduardo Gomes representava a oposição. Não obstante, crescia no país inteiro o chamado movimento "queremista" ("Queremos Getúlio"), que visava o afastamento das duas candidaturas militares em favor da permanência de Vargas no poder. No meio político acentuava-se a desconfiança quanto à posição do presidente da República em relação aos seus compromissos com Dutra, generalizando-se a suspeita de que ele próprio incentivava a propagação do movimento queremista através da máquina sindical controlada pelo Ministério do Trabalho. Vargas não se desincompatibilizou no prazo devido para concorrer às eleições, mas no dia 10 de outubro decretou a antecipação das eleições para os governos dos estados, fazendo-as coincidir com o pleito presidencial marcado para 2 de dezembro. Os governos estaduais ficariam assim livres para serem ocupados de imediato por nomes de confiança do presidente, que dessa forma se fortaleceria politicamente em todo o país. Os militares viram nisso uma manobra continuísta e em 29 de outubro, quando Getúlio pretendeu substituir na chefia de polícia do Distrito Federal o coronel João Alberto Lins de Barros pelo seu irmão Benjamim Vargas, as forças armadas depuseram o governo através de um golpe de Estado. A chefia da nação foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares, e Dutra venceu as eleições de dezembro, tomando posse em janeiro do ano seguinte. Após ter integrado a Comissão de visita aos campos de batalha da Europa e aos campos de instrução do EUA (21Set/06Nov45) retornou ao comando da IDE/1. Foi Adido Militar à Embaixada do Brasil na Itália de 21Fev a 23Jun46. Promovido a Gen Div em 09Mai, em junho de 1946 Zenóbio assumiu o comando da 1ª Divisão de Infantaria, a mais poderosa unidade do Exército, sediada na Vila Militar, no Rio de Janeiro. No ano seguinte passou a fazer parte da comissão de promoções do Exército e, em 1949, foi nomeado comandante da Zona Militar Leste, sediada na capital da República. Definidos os resultados das eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950 com a expressiva vitória de Getúlio Vargas, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sobre seus três competidores - Eduardo Gomes, da UDN, Cristiano Machado, do PSD, e João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) as restrições em torno da legitimidade de sua posse começaram a movimentar os meios oposicionistas no Congresso e na imprensa. A tese sustentada era a de que Vargas não alcançara a maioria absoluta de votos, exigência que seus opositores julgavam implícita no texto da Constituição de 18 de setembro de 1946. Tal alegação gerou reações violentas nos meios políticos incluindo setores dominantes do PSD, que, embora derrotados nas urnas, não encontravam fundamento constitucional para impugnar o triunfo do candidato trabalhista. O problema, como era de se esperar, refletiu-se nos quartéis. Zenóbio, no comando da Zona Militar Leste, foi procurado pelos jornais e desestimulou publicamente a ação dos que procuravam envolver as chefias militares numa decisão que já havia sido tomada pelo voto popular. No entanto o general Newton Estillac Leal, que comandava a Zona Militar Sul e apoiara os pronunciamentos de Zenóbio, foi o escolhido por Vargas para ocupar a pasta da Guerra. A opção do presidente, não tendo sido do agrado de Zenóbio, colocou-o em conflito com o novo ministro, que exercia cumulativamente a liderança da corrente nacionalista do Exército, a qual o elegera, em maio de 1950, presidente do Clube Militar, em oposição ao grupo conservador chefiado pelo general Cordeiro de Farias. Enquanto a corrente de Estillac defendia o monopólio estatal do petróleo, a não-participação do Brasil no conflito coreano e posição autônoma no campo da política externa, o grupo de Cordeiro, ao contrário, admitia a participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera, insistia nos compromissos do país com o mundo ocidental em oposição ao bloco soviético, e defendia um integral alinhamento com as diretrizes da política externa dos Estados Unidos. Entre esses dois grupos, o general Zenóbio e os oficiais de seu círculo de influência figuravam numa esfera oscilante, sem fixações ideológicas e conceitos políticos estabelecidos, embora decididos, na hipótese de um confronto, a uma composição indistigável com o grupo do general Cordeiro. Na campanha contra Estillac, acusado

de favorecer o desempenho de atividades comunistas dentro do Clube Militar, Zenóbio aparecia como precioso aliado de Cordeiro, não só pela importância do comando que exercia, como pela natural extroversão do seu temperamento, sempre predisposto a pronunciamentos de efeitos retumbantes. Dessa forma, sua posição à frente da Zona Militar Leste foi de choque permanente com o ministro da Guerra. Promovido a general-de-exército graduado em março de 1951, prosseguiram suas dificuldades de relacionamento com Estillac, em decorrência das questões ligadas ao Clube Militar. Para evitar uma crise, Estillac solicitou demissão do Ministério da Guerra em 25 de março de 1952, ocorrendo a Zenóbio pedir, na mesma data, sua exoneração do comando da Zona Militar Leste. Vargas aceitou as solicitações de ambos e, no dia 30 daquele mês, Zenóbio passou o posto ao general Aristóteles de Sousa Dantas, comandante da 1ª RM e da 1ª Divisão de Infantaria. Em maio, quando Estillac, já afastado do ministério, concorreu à reeleição no Clube Militar, Zenóbio denunciou a presença de influência comunista na tropa e tomou o partido da chapa Alcides Etchegoyen-Nelson de Melo, afinal vencedora do pleito. A chapa denominou-se Cruzada Democrática e foi apoiada também por Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Angelo Mendes de Moraes, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Canrobert Pereira da Costa, Álvaro Fiúza de Castro e Emílio Ribas Júnior. Depois de permanecer em disponibilidade por seis meses, Zenóbio foi convidado por Vargas para ocupar novamente o comando da Zona Militar Leste, que recebeu do mesmo general Sousa Dantas no dia 9 de setembro. Foi efetivado no posto de Gen Ex em 02Ago52.

#### **Ministro da Guerra**

No início de 1954, os adversários de Vargas, tanto na área civil quanto na militar, deram prosseguimento à campanha antigovernamental desencadeada nos anos de 1951 e 1952 contra as atividades de Estillac Leal no Ministério da Guerra e intensificada em 1953 com a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar as transações do jornal pró-governista *Última Hora* com os estabelecimentos oficiais de crédito e, em especial, com o Banco do Brasil. O motivo principal do recrudescimento da luta oposicionista foi o decreto do governo que elevou em 100% o salário mínimo. Do ponto de vista dos empresários, o reajuste, atribuído à ação de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, vinha sobrecarregar os seus compromissos sociais e agravar os índices inflacionários, que decorriam, segundo eles, de pressões exercidas nos sindicatos por elementos considerados suspeitos de atividades subversivas, em aliança com setores esquerdistas do PTB. Na concepção dos militares, o reajuste quase fazia equivaler o salário mínimo aos vencimentos das categorias subalternas das forças armadas, pondo em risco a estabilidade do sistema hierárquico e dificultando o recrutamento, fundamental para a renovação dos quadros. Surgiu em fevereiro um documento que expressava a insatisfação militar, conhecido como *Manifesto dos coronéis* e assinado por cerca de 80 coronéis e tenentes-coronéis, entre os quais Amauri Krueel, Sizen Sarmento, Euler Bentes Monteiro, Golberi do Couto e Silva, Jurandir Mamede e José Alberto Bittencourt. O manifesto teve como resultado o afastamento do general Ciro do Espírito Santo Cardoso do Ministério da Guerra e de João Goulart do Ministério do Trabalho. Zenóbio da Costa foi então convidado por Vargas para assumir o Ministério da Guerra, onde tomou posse em 22 de fevereiro de 1954. Sua nova posição colocou-o em choque com as lideranças militares da Cruzada Democrática, com as quais se aliara em maio de 1952. Diante disso, tentou remover suas desavenças com Estillac, destinando-lhe o comando da Zona Militar Centro, com sede em São Paulo. Para a Zona Militar Leste foi designado o general Odílio Denis, numa estratégia de fortalecimento do esquema defensivo do governo, já agora sob ameaça declarada de um movimento que tinha como objetivo a interrupção do mandato constitucional de Vargas. Com apoio do que ainda restava da facção de Estillac, bastante atingida pelos inquéritos policiais-militares (IPM) de dois anos antes, Zenóbio tentou conquistar o Clube Militar através da indicação do nome do general Lamartine Pais Leme, para a sua presidência, mas não obteve êxito. A Cruzada Democrática manteve-se à frente da entidade, elegendo a chapa Canrobert-Juarez Távora e acentuando dessa forma a vulnerabilidade do dispositivo de segurança do governo. A crise política em plena efervescência juntava-se o fato de que 1954 era um ano eleitoral. No dia 3 de outubro seriam renovados 11 governos estaduais, 2/3 do Senado e a totalidade da Câmara Federal, além de todas as assembleias legislativas, prefeituras e câmaras de vereadores do país. O jornalista Carlos Lacerda, diretor da *Tribuna da Imprensa*, um dos principais instrumentos das forças que combatiam o governo, era candidato a deputado federal pela antiga capital da República na legenda da UDN e foi personagem de um episódio que rompeu a normalidade da disputa eleitoral, desencadeando um processo que levaria ao suicídio de Vargas. Recusando os serviços de segurança pessoal que o governo lhe oferecera através do ministro da Justiça, Tancredo Neves, o jornalista passou a ser acompanhado em seus comícios e conferências por oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) dedicados à sua causa. Os mais frequentes nesse acompanhamento eram os majores Américo Fontenele, Gustavo Borges e Rubens Vaz, que se revezavam na missão de dar cobertura a Lacerda. Na madrugada de 5 de agosto, voltando de uma dessas conferências, ao estacionar o carro na calçada em frente à sua residência na rua Toneleros, no Rio, Lacerda deteve-se

numa conversa com o major Vaz, destacado nesse dia para acompanhá-lo, quando foi atacado a tiros por um desconhecido. O major, no cumprimento de sua tarefa, atracou-se com o pistoleiro e, durante a luta corporal em que se empenhou com ele, foi ferido mortalmente. O atacante desapareceu em seguida. Minutos depois, as emissoras de rádio davam notícia do atentado, revelando que a vítima era ligada ao grupo do brigadeiro Eduardo Gomes. A cidade foi logo convulsionada. A delegacia policial de Copacabana abriu inquérito, identificando-se logo que o crime teria partido de elementos da guarda pessoal de Vargas, chefiada pelo "tenente" Gregório Fortunato. Desconsiderando a ação da polícia e pondo em dúvida a sua confiabilidade, a Aeronáutica instituiu um IPM na base aérea do Galeão, sob a presidência do coronel João Adil de Oliveira. A investigação militar tomou, evidentemente, cunho político. Os membros da guarda presidencial suspeitos de cumplicidade, inclusive o próprio Gregório, foram sendo capturados por patrulhas da FAB e recolhidos ao Galeão. Em pouco tempo não se tratava de envolver apenas os integrantes da guarda, logo dissolvida por ordem de Vargas. Pessoas da família do presidente — seu filho Lutero e seu irmão Benjamim - passaram a ser apontadas como mandantes do crime. O inquérito militar - que, pelo poder que desfrutou, passou a ser conhecido como a "República do Galeão" - procurava comprometer ainda o ex-ministro Danton JCoelho, o deputado Euvaldo Lodi e o general Angelo Mendes de Moraes. Com o intuito de enfatizar sua imparcialidade na condução do IPM e, ao mesmo tempo, inocentar o governo de qualquer responsabilidade no atentado, o presidente da República liberou todas as dependências do palácio do Catete para as diligências dos encarregados do inquérito, que dessa forma tiveram acesso aos arquivos privados da guarda pessoal e, em especial, os de Gregório Fortunato. As facilidades concedidas pelo governo, no entanto, não aliviaram a intensidade da crise. Juntamente com o ministro da Justiça, Tancredo Neves, e com o chefe do Gabinete Militar, general Caiado de Castro, Zenóbio coordenava medidas e tomava algumas precauções para evitar que a legalidade fosse agredida. A 10 de agosto, com a concordância de Vargas e o apoio de Tancredo, propôs a substituição, na chefia de polícia, do general Armando de Moraes Âncora pelo coronel Paulo Francisco Torres, reafirmando que o governo estava preparado para defender a integridade do regime constitucional. Entre 10 e 22 de agosto o clima político não passou por alterações muito substanciais. Mas na noite de 22 os oficiais-generais da FAB, reunidos no Clube da Aeronáutica sob a presidência do brigadeiro Eduardo Gomes, voltaram a manifestar-se contra o governo, indicando a renúncia do presidente da República como única saída para a crise. A decisão dos comandos da FAB foi levada ao Catete pelo marechal Mascarenhas de Moraes, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), mas o presidente Vargas repeliu a fórmula da renúncia. O ministro da Justiça sugeriu o imediato enquadramento disciplinar dos brigadeiros sublevados, mas os três militares - inclusive o brigadeiro Epaminondas Santos, que substituíra Nero Moura no Ministério da Aeronáutica - ponderaram que a medida de nada adiantaria aos propósitos do governo de preservar a legalidade, não concorrendo senão para fomentar as animosidades. No dia seguinte, Zenóbio lançou uma advertência, reiterando que o Exército não permitiria agitações e estava pronto para garantir a normalidade política. À noite, no entanto, a posição dos brigadeiros foi fortalecida pela solidariedade do almirantado, embora não ficasse claro que a Marinha estivesse disposta a combater. Essa nova componente da crise estava sendo avaliada no Catete pelos ministros Tancredo Neves, Epaminondas Santos e Renato Guillobel (Marinha) quando chegou ao palácio o general Zenóbio da Costa acompanhado de Mascarenhas de Moraes e Odílio Denis. Na oportunidade, o ministro da Guerra informou que, dos 80 generais em postos de comando no Rio, 37 haviam assinado um memorial justificando a conveniência da renúncia de Vargas. Em face disso, o presidente da República reuniu o ministério para novas deliberações e verificou que o ânimo de Zenóbio não era o mesmo de antes. Participando da reunião, Alzira Vargas, filha do presidente, censurou o comportamento ambivalente de ministro da Guerra e procurou demonstrar que a real situação dentro do Exército não coincidia com as evasivas de Zenóbio. As discussões generalizaram-se e, no final do encontro, ficou decidido que Vargas entraria de licença, permanecendo afastado do poder enquanto durassem as averiguações em torno do atentado da rua Toneleros. Segundo depoimento de Juarez Távora, Zenóbio seguiu então para o Ministério da Guerra, onde convocou uma reunião de generais para comunicar-lhes a resolução da licença presidencial. Como a nota expedida pela Secretaria da Presidência da República não mencionava o prazo de vigência do afastamento de Vargas, ao ser interpelado nesse sentido por alguns oficiais mais exaltados, Zenóbio disse que ele seria definitivo. Na madrugada de 24 de agosto o país foi surpreendido com o suicídio de Vargas. Assumiu o governo o vice-presidente João Café Filho e Zenóbio foi exonerado do Ministério da Guerra, sendo substituído pelo general Henrique Teixeira Lott.

#### **11 de novembro de 1955**

Zenóbio permaneceu dez meses sem comissão e sem comando até que, com a morte de Estillac em 19Mai55, foi designado para substituí-lo no posto de Inspetor Geral do Exército. Tomou posse no dia 11 e, segundo as práticas normais do Exército, constituiu seu gabinete com oficiais de sua confiança pessoal, mantendo todavia os tenentes-coronéis Nelson Werneck Sodré e Henrique Moura e Cunha, que serviam naquele órgão a partir da

investidura de Estillac. A agitação política não foi interrompida com o desaparecimento de Getúlio Vargas. Em vez disso, agravou-se diante da perspectiva de vitória da candidatura presidencial de Juscelino Kubitschek, lançada pelo PSD com apoio do PTB, que dava o candidato da chapa à vice-presidência, João Goulart. A ameaça à legalidade não partia exclusivamente das correntes oposicionistas do Congresso que combateram o governo Vargas, mas contava agora com o estímulo do presidente Café Filho e de toda a cúpula militar que ascendera ao poder depois de 24 de agosto. O pretexto para a conspiração consistia na resistência que o PSD e o PTB vinham opondo às proposições da UDN, a qual, segundo aqueles dois partidos, visava criar embaraços à realização do pleito de 3 de outubro. Entre essas proposições figuravam a adoção da cédula oficial impressa e distribuída por órgãos do governo o que, segundo a UDN, tinha uma finalidade moralizadora a instituição da maioria absoluta de votos como condição para eleger-se o presidente, o que não era previsto no texto constitucional, e a aprovação da emenda parlamentarista, que implicava a suspensão das eleições de 3 de outubro. Surgiu, então, o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), criado no estado-maior de Zenóbio e incentivado por ele, que visava, entre outras coisas, servir de suporte à posição dos deputados e senadores do PSD e do PTB que repeliam as propostas adversárias tendentes a modificar o calendário eleitoral e a reformular as regras estabelecidas pela Constituição, o que consideravam desaconselhável num momento em que estava em curso a campanha de sucessão presidencial. Em Out55, após o pleito, quando já estava confirmada a vitória de Juscelino e Goulart, Zenóbio repetiu suas declarações de 1950, defendendo a posse dos eleitos. O Gen Henrique Lott, ministro da Guerra, que adotara como norma de conduta disciplinar o não-envolvimento de militares em questões políticas, resolveu puni-lo, demitindo-o a 21Out da Inspetoria Geral do Exército. Ao afastar-se do cargo, no entanto, Zenóbio já havia deixado um grupo de oficiais amigos seus suficientemente preparado para deter qualquer tentativa militar de impedir a posse dos eleitos. Com o movimento de 11Nov55, desfechado sob o comando do Gen Lott, a posse de Juscelino e Goulart foi plenamente garantida em 31Jan seguinte. Em virtude de sua participação naquele movimento, em janeiro de 1956 Zenóbio da Costa foi designado para a chefia do Departamento Geral de Administração do Exército, transformado em setembro do mesmo ano em Departamento de Provisão Geral. Foi Representante, com categoria e honras de Embaixador, do Governo Brasileiro em La Paz, Bolívia, de 02 a 09Ago56. Permaneceu no DPG até maio de 1957, quando foi transferido para a reserva no posto de marechal. Na ocasião lamentou em entrevista aos jornais que o governo não tivesse aplicado em favor dele a chamada Lei Denis, que permitiria por mais dois anos sua permanência na ativa, desde que isso fosse considerado de conveniência do regime. Em 09Jan58 Juscelino o nomeou embaixador do Brasil no Paraguai, em substituição ao diplomata João Luís Guimarães Gomes. Permaneceu em Assunção até 30Jan61, véspera da posse do presidente eleito Jânio Quadros, quando solicitou demissão. Passou a embaixada ao encarregado de negócios Carlos Sette Gomes Pereira, que se manteve no posto até a chegada do novo embaixador, general Joaquim Justino Alves Bastos, que tomou posse em Ago61. Ao retornar da capital paraguaia, o ex-ministro da Guerra afastou-se definitivamente da vida pública, transferido para a reserva em Dec. de 10Mai57. Era atirador de fuzil, participando de diversas provas, inclusive internacionais. Cursos: Infantaria, Cavalaria e Artilharia na EMR (1915). EsAO em 1933. ECEME em 1936 (9º lugar). ESG em 1950. Era Agrimensor pelo CMRJ. Condecorações e medalhas: Cruz de Combate de 1ª Classe, de Campanha, Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, tempo de serviço com Passador de Platina, de Guerra, de Bronze (tiro), Centenário de nascimento de Rio Branco, Centenário de nascimento de Ruy Barbosa, Prata Cinquentenário da República, Campanha do Atlântico Sul, Prata Dourada Maria Quitéria, Pacificador, Marechal Thaumaturgo, Marechal Trompowski, Marechal Souza Aguiar, Marechal Caetano de Faria, Federação Brasileira de Homeopatia, Marechal Hermes, Cmt e Comendador da Ordem do Império Britânico, Cruz de Guerra com Palma (França), Oficial da Legião de Honra (França), Grande Cruz da Ordem do Dever do Instituto Humanista (França), Grande Oficial da Ordem da Coroa (Itália), Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz (Portugal), de Ouro do Instituto de Socorro aos Náufragos (Portugal), Grã Cruz do Mérito Militar (Portugal), Cmt da Legião do Mérito (EUA), Estrela de Bronze (EUA), Cruz de Honra Acadêmica do Conselho da Academia Internacional (EUA), Militar do Exército de 2ª Classe (Chile), Militar Al Mérito 1ª Classe (Chile), Grande Oficial da Ordem de Ayacucho (Peru), Ordem Trujillo (São Domingos), Grã Cruz Al Mérito Servicios Distinguidos (Peru), Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito (Paraguai) e Grã Cruz da Ordem Nacional do Cedro (Libano). Faleceu no Rio de Janeiro no dia 29Out63. O Dec. 52.781, da mesma data, concede-lhe honras de ministro de Estado. Em 19Fev64 o Decreto 53.563 concede ao 1º Batalhão de Polícia do Exército a denominação histórica de "Batalhão Marechal Zenóbio da Costa". Era casado com Darcília Ferraz Zenóbio da Costa, com quem teve duas filhas, Sylvia e Heliete.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel  
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS (lecaminha@gmail.com)  
Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara, Porto Alegre